

Constituinte deixa credor assustado

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

Correio Braziliense

Avulso
20/5/88
X

Os credores estão retardando deliberadamente o fechamento de um acordo em relação à dívida externa brasileira porque estão "assustados" e "inseguros" com as decisões que vêm sendo tomadas pela Constituinte. Foi o que revelou ontem, uma alta fonte do Palácio do Planalto. Segundo ela, por esta razão "é provável que as negociações se arrastem ainda até a homologação da futura Carta".

Os pontos que estão embaralhando mais a negociação, no que toca à Constituinte, são decisões, já aprovadas — embora possam ser alteradas no segundo turno da votação — como a nacionalização da exploração mineral, a reserva de mercado em várias áreas e o tabelamento dos juros em até 12 por cento acima da inflação. Mas não é só o problema da Constituinte que os negociadores brasileiros estão enfrentando: há também a falta de credibilidade do Brasil, o que vem exigindo um grande e delicado trabalho de persuasão no sentido de provar que o País, de fato, tem condições de honrar seus acordos, informou a mesma fonte.

De acordo com este assessor do presidente José Sarney — que vem acompanhando todos os passos da negociação — a explicação para esta falta de credibilidade é o passado instável do Brasil como devedor. No período do ex-ministro Delfim Neto, o País comprometeu-se a cumprir sete cartas de intenção assinadas com o FMI, que, ao final, não foram respeitadas, atrasou o pagamento de seus compromissos e, finalmente, decretou uma moratória que até hoje tem peso negativo nos processos de negociação.

A fonte acredita que, mesmo com essas dificuldades, "chegaremos a um acordo razoável" para o Brasil. Mas afastou a possibilidade de ser aceita a exigência dos bancos credores de que nos contratos conste o direito de se apropriarem das aplicações e depósitos brasileiros no exterior, caso o pagamento da dívida não seja efetuado.

Já em relação à vinculação entre o desembolso dos empréstimos dos bancos privados com um acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional, a fonte considerou que "é uma questão negociável". E lembrou que o processo de negociações pressupõe que as partes cedam mutuamente em alguns pontos, "caso contrário os acordos não se realizariam".